



PROCESSO SELETIVO  
2019  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

### Modalidade Demais Estágios: **SERVIÇO SOCIAL**

1. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
3. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, de **conteúdo específico**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D).
4. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no CARTÃO-RESPOSTA, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico:

**"A fé é como o amor: não pode ser obtida pela força."**

5. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato.
6. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
7. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independente do início da prova:
  - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc., salvo se autorizado, previamente, pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no Edital Regulamentador do certame;
  - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
  - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
  - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais, permanecendo sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
9. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará a exclusão do candidato no certame.
10. Não será permitido ao candidato fumar, conforme determinado no art 49 da Lei Federal 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar **O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE ASSINADO E COM A FRASE TRANSCRITA** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no CARTÃO-RESPOSTA.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. **NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE SANITÁRIOS POR CANDIDATOS QUE TENHAM TERMINADO A PROVA.**
15. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível, também, no site <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

**SERVIÇO SOCIAL**

01. O pauperismo é o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo no estágio industrial concorrencial. O termo que passa a ser usado no século XIX para caracterizar essa condição é:
- (A) cercamento dos campos  
(B) luta de classes  
(C) questão social  
(D) desigualdade social
02. As diferentes fases do capitalismo produzem novas expressões da questão social. Com base nessa afirmação, pode-se dizer que a questão social é produzida compulsoriamente:
- (A) pela exclusão social  
(B) por uma nova questão social  
(C) pelo pauperismo absoluto e relativo  
(D) pelo desenvolvimento do capitalismo
03. As transformações no mundo do trabalho, a partir da crise do padrão taylorista/fordista promovem profundas mudanças na esfera do Estado que repercutem no campo das políticas sociais. O processo descrito é caracterizado pela:
- (A) estatização das grandes corporações econômicas na perspectiva da “filantropia empresarial”  
(B) transferência, para a sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das sequelas da questão social  
(C) universalização solidária dos serviços integrada ao desenvolvimento das forças produtivas  
(D) evocação da solidariedade social e retração da parceria entre sociedade civil e Estado
04. Nos anos 90, foram introduzidas no Brasil novas mediações históricas nas formas do enfrentamento da questão social, seja por iniciativas privadas ou do Estado. Esse contexto atingiu de modo particular os assistentes sociais como trabalhadores especializados no interior da divisão social e técnica do trabalho. Considerando essa totalidade, as novidades nas demandas fundamentais para o Serviço Social são:
- (A) eliminação de focos de tensões sociais nas empresas e ênfase nas metas de produtividade e competitividade  
(B) criação de comportamentos produtivos da força de trabalho, com foco no absenteísmo  
(C) chamamento à participação, qualidade e parceria, com ênfase na valorização do trabalhador  
(D) viabilização de benefícios sociais e atuação no âmbito das relações humanas na esfera do trabalho

**Considerando “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, de Iamamoto (1998), responda às questões 05 e 06:**

05. Um dos desafios para o Serviço Social na atualidade é articular, no âmbito da formação e do exercício profissional, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como fundamentais e complementares entre si, de modo a ultrapassar três armadilhas: o teorismo, o politicismo e o tecnicismo. Os pressupostos para essa ultrapassagem são:
- (A) apropriação teórico-metodológica no campo das grandes matrizes do pensamento social; engajamento político nos movimentos organizados da sociedade; aperfeiçoamento técnico-operativo  
(B) apropriação teórico-metodológica marxista, afastamento crítico da dimensão política da profissão, ênfase no fazer profissional qualificado  
(C) apropriação teórico-metodológica crítica, intervenção profissional articulada aos interesses das minorias políticas da sociedade, privilégio da eficiência técnica  
(D) fundamentação teórico-metodológica exclusivamente constituída pela dinâmica dos processos sociais, engajamento político-profissional não partidário, criação de instrumentais técnico-operativos específicos para a ação profissional do assistente social
06. Na articulação entre a profissão e a realidade, a autora considera que “o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade”. Considerando a afirmação, pode-se dizer que:
- (A) as análises de conjuntura são o pano de fundo privilegiado para o exercício profissional, considerando a primazia da intervenção sobre a realidade  
(B) as análises sociais de perspectiva unilateral são potenciais instrumentos de efetivação da articulação entre a profissão e a realidade  
(C) as análises socioeconômicas são demandas profissionais na garantia dos direitos sociais e das políticas sociais  
(D) as análises de conjuntura, com privilégio do foco na questão social, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social
07. A retração da ação estatal na garantia das condições básicas de vida do conjunto de trabalhadores tem como desdobramento a seletividade dos atendimentos nas políticas públicas em detrimento da universalização dos direitos sociais. Considerando as repercussões desses processos na organização do trabalho, é mais indicada a:
- (A) elaboração de critérios técnicos e instrumentos burocráticos para elevação do rigor na seleção do público beneficiado  
(B) articulação com os sujeitos usuários das políticas públicas e com outras forças sociopolíticas de luta por defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação  
(C) gestão racional e eficiente das verbas e do conjunto de medidas burocrático-administrativas para as políticas sociais e para efetivação da cidadania  
(D) impossibilidade para a realização de qualquer trabalho do Serviço Social considerando os obstáculos da realidade

08. No interior dos processos de trabalho institucionais realizados pelo assistente social, afirma-se que:
- o trabalho do assistente social em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional
  - as análises sobre as inserções concretas dos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais não tendem a levar em consideração a sua participação em um processo de trabalho coletivo
  - as ações profissionais não são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional
  - considerando as particularidades do trabalho do assistente social no âmbito das políticas públicas, os fenômenos que abarcam o trabalho assalariado na sociedade capitalista não incidem sobre o seu trabalho
09. O trabalho do assistente social integra diferentes espaços sócio-ocupacionais públicos e privados em processos de trabalho coletivos. Considerando essa condição, é correto afirmar que:
- as empresas capitalistas são espaços sócio-ocupacionais recentes para o Serviço Social e data da década de 1980 sua atuação nos processos de educação formal, técnica e moral dos trabalhadores
  - as Organizações Não Governamentais (ONGs) expressam um campo de atuação profissional presente desde os primórdios da profissão e demarcado por processos sociais contraditórios como as tendências de ampliação da esfera pública e da privatização do Estado
  - a compreensão dos desafios e as particularidades do trabalho profissional contemporâneo requerem apreender como as esferas pública e privada se relacionam hoje na conformação dos vetores que orientam as políticas
  - nas instituições públicas estatais os processos de trabalho coletivo são organizados a partir da função social do Estado em relação aos processos de distribuição do valor materializado na forma de serviços sociais como expressão dos direitos sociais
10. Em relação à racionalidade das políticas públicas sob a hegemonia neoliberal, fundamentadas em descentralização, privatização e focalização, bem como as características, contradições e tensões que envolvem sua organização, é indicado reconhecer a:
- tendência à promoção de planejamento e ações intermunicipais
  - adoção de processos sistemáticos de previsão orçamentária com a mobilização de legislações que definam as fontes de financiamento
  - desvalorização da dinâmica local na construção de uma descentralização que não se esvazie diante dos limites administrativos
  - desarticulação de redes de serviços sociais locais e regionais a partir de programas governamentais
11. A dimensão investigativa do exercício profissional do assistente social é o elemento que permite aos profissionais descortinarem a realidade social aparente para compreenderem a essência de sua constituição. Nessa direção, é correto afirmar que:
- a dimensão investigativa garante o conhecimento prático na formação acadêmica
  - as demandas de trabalho e o planejamento das ações são definidas pela dimensão investigativa
  - a dimensão investigativa é condição fundamental para a elaboração de propostas profissionais qualificadas
  - a pesquisa social para descrição da realidade concreta garante condições ideais de trabalho
12. Considerando que a inserção de profissionais de diferentes áreas do saber num serviço de saúde não é suficiente para romper com uma atenção em saúde fragmentária e compartimentalizada, admite-se que:
- a multidisciplinaridade, em sua essência, promove um compromisso maior com a troca de conhecimentos e a cooperação entre diferentes áreas
  - a transdisciplinaridade baseia-se na inserção de profissionais de diferentes áreas do saber nos serviços de saúde
  - na pluridisciplinaridade, a profunda interação entre as áreas do conhecimento leva à construção de um campo autônomo de saber e de intervenção, a partir das diferentes disciplinas que o compõem
  - a interdisciplinaridade pressupõe uma metodologia baseada na contribuição das diferentes profissões em exercícios autônomos e criativos que preservam a integridade dos seus métodos e conceitos em interações que tendam à horizontalidade
13. O Brasil possui marcas históricas que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento da política social, mas que também pesam para que a condição do trabalho, nas relações sociais, até hoje seja carregada de desqualificação e exploração. Essa afirmação se refere à:
- criação do Estado nacional
  - luta de classes
  - democracia
  - escravidão
14. O termo reforma foi amplamente utilizado no Brasil nos anos 90, para assegurar o projeto neoliberal que estava em curso no país. Behring e Boschetti (2007) destacam um contrassenso na apropriação do termo para as reformas orientadas para o mercado, tendo em vista que, historicamente, o reformismo se caracteriza por:
- reação burguesa em tempos de estagnação
  - conteúdo redistributivo de viés social-democrata
  - cultura antidemocrática e conservadora
  - processo de modernização conservador e limitado

15. Boschetti (2009) destaca que, apesar da reorganização e reestruturação das políticas de previdência, saúde e assistência social na Constituição de 1988 para compor de forma inovadora e ampla o sistema de proteção social, a seguridade social acabou por se constituir como um sistema híbrido, por conjugar:
- (A) universalidade e uniformidade na cobertura
  - (B) equivalência e distributividade dos benefícios
  - (C) caráter democrático e descentralizado
  - (D) direitos universais e seletivos
16. No debate sobre o projeto político transformador, Inojosa (2001) sinaliza que o modo intersetorial de pensar se encaixa dentro de um desenvolvimento social que visa a redução das desigualdades. Logo, não se encaixa nesse modelo:
- (A) a repartição equânime das riquezas
  - (B) a reversão da exclusão social
  - (C) a política assistencialista
  - (D) o planejamento participativo
17. Dentre os desafios postos ao serviço social na área da saúde, existe a desconstrução da visão normativa de que só profissionais específicos têm habilidade de lidar com a família no processo de saúde/doença, entre eles o assistente social. Para evitar a reprodução dessa visão, é necessário compreender a saúde como:
- (A) ausência de enfermidade ou invalidez
  - (B) responsabilidade das famílias no cuidado dos seus membros durante o processo de saúde/doença
  - (C) resultado de padrões culturais tradicionais de funcionalidade das famílias independente de classe social
  - (D) fruto de determinações sociais, políticas e econômicas implícitas no processo de adoecimento
18. Segundo a Lei Federal nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso está destinado a regular e assegurar direitos às pessoas com idade igual ou superior a:
- (A) sessenta anos
  - (B) sessenta e cinco anos
  - (C) setenta anos
  - (D) setenta e cinco anos
19. A Lei nº 8.069/90, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu Capítulo I, dispõe sobre o Direito à Vida e à Saúde. O artigo 10 estabelece que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de:
- (A) cinco anos
  - (B) doze anos
  - (C) dezoito anos
  - (D) óbito do paciente
20. Considerando o texto da Lei nº 8.080/90, **NÃO** está inserida na articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais:
- (A) alimentação e nutrição
  - (B) transporte e habitação
  - (C) saneamento e meio ambiente
  - (D) saúde do trabalhador
21. O órgão colegiado que, na Lei nº 8.142/90, dispõe sobre a participação de representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, é denominado de:
- (A) colegiado gestor
  - (B) conselho de saúde
  - (C) comissão tripartite
  - (D) comitê interinstitucional
22. O artigo 20, da Lei nº 8.742/93, que trata sobre o Benefício de Prestação Continuada, garante ao deficiente ou idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, um salário mínimo mensal. A idade a partir da qual o idoso pode requerer o benefício é de:
- (A) setenta anos
  - (B) sessenta e cinco anos
  - (C) sessenta anos
  - (D) sessenta anos para a mulher e sessenta e cinco para os homens
23. As ações de reabilitação para atendimento à pessoa com deficiência são estabelecidas a partir de uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar, que prioriza respeitar as especificidades de cada caso e as áreas da deficiência. São ações cujos enfoques são:
- (A) operacional e parcial
  - (B) centralizado e absoluto
  - (C) contínuo e regular
  - (D) funcional e integral
24. A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, no Capítulo II, artigo 9º, determina que “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual”. Em relação ao artigo citado, é correto afirmar que:
- (A) a autoridade policial deverá encaminhar a mulher ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal
  - (B) as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público
  - (C) o juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica
  - (D) o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida

25. O governo Lula manteve a polarização entre dois projetos, ora tentando incorporar a agenda ético-política da reforma sanitária e outra enfatizando a focalização e desfinanciamento. Bravo (2006) aponta, no período, aspectos de inovação e de continuidade. Dentre os aspectos de inovação, se destaca a:
- terceirização dos recursos humanos
  - centralidade do programa saúde da família
  - inserção de categorias profissionais não regulamentadas
  - criação da Secretaria de Gestão Participativa na estrutura do Ministério da Saúde
26. Em 1964, com o golpe militar, o processo de crítica, em torno do “desenvolvimento” e suas repercussões, foi abortado e durante o período de 1965 a 1975 se difundiu uma perspectiva de adequar o Serviço Social ao processo de desenvolvimento, sem questionar a ordem sociopolítica. Os autores denominam essa perspectiva como:
- modernizadora
  - renovação
  - operacional
  - pluralista
27. Bravo e Matos (2006), chamam atenção para uma crítica que está sendo realizada ao projeto hegemônico da profissão, que aponta para um discurso de cisão entre o estudo teórico e a intervenção. Isso pode resultar em um trato exclusivo de estudos na perspectiva da divisão clássica da prática médica, caminhando para a negação da formação original em Serviço Social. Na atualidade, já existem algumas expressões desse cenário. Uma delas é:
- desconstruir a operacionalização do trabalho aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS de direito
  - articular com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do SUS e com a luta de classes
  - efetivar compromisso com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional de garantir qualidade dos serviços prestados à população
  - resgatar no exercício profissional uma intervenção específica, que tem sido autodenominada pelos profissionais de Serviço Social Clínico
28. A revisão do texto do Código de Ética de 1986 processou-se a partir das bases da:
- liberdade e a justiça social, em que a democracia é tomada como valor ético-político central para assegurar a liberdade e a equidade
  - compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia, normatizando o exercício profissional de acordo com as diretrizes das instituições/organizações empregadoras
  - normatização do exercício profissional nas instituições/organizações, de modo que o profissional expresse neutralidade ao transmitir os valores e princípios
  - liberdade e autonomia, garantindo a democracia e livre exercício profissional de acordo com os valores éticos, políticos, morais e religiosos
29. Dentre os princípios fundamentais do Código de Ética, tem-se o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas política a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, e a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Também é um princípio ético da profissão:
- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente
  - exercer o Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física
  - abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes
  - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos(as) usuários(as), mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos(as) profissionais
- Com base na referência “Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional”, responda às questões 30, 31 e 32.**
30. Nos projetos societários há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder. Entretanto, essa dimensão não pode ser identificada com posicionamento partidário. De acordo com a linha de reflexão traçada pelo autor:
- os projetos societários representam os projetos individuais, que negociam de forma democrática seus interesses nas sociedades capitalistas
  - os regimes ditatoriais não possuem um projeto societário ou posicionamento político, sendo isentos dos interesses de classe
  - os partidos políticos são instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo
  - em um contexto de democracia política, é legítimo que se use de dispositivos coercitivos e repressivos para manter o poder político
31. “Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas”. A partir desta premissa, constata-se que:
- tais projetos são construídos por organizações político-partidárias para orientar os profissionais do campo e da prática
  - o projeto profissional é construído para reafirmar o Serviço Social na sociedade como ciência, com objetivo de ganhar visibilidade e respeito frente às instituições
  - tais projetos são construídos por sujeitos coletivos, incluindo toda a categoria profissional, estudantes, instituições representativas políticas e acadêmicas da área
  - os projetos profissionais são estruturas corporativas, que respondem aos interesses dos indivíduos

32. Os projetos profissionais também possuem dimensões políticas, seja no sentido amplo (referindo-se às suas relações com os projetos societários), seja em sentido restrito (referindo-se às perspectivas particulares da profissão). De acordo com o texto, é correto afirmar que:
- (A) para corresponder as demandas do mercado, os projetos profissionais possuem uma estrutura dinâmica e flexível
- (B) os projetos profissionais não devem adotar dimensões políticas e ideológicas divergentes do projeto societário hegemônico
- (C) o Estado é a base orientadora, das dimensões políticas, que devem conter um projeto profissional
- (D) nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias
33. A história do projeto ético-político do Serviço Social remonta aos processos de transição política dos anos 70 e 80 no Brasil. Refere-se à primeira condição para a construção desse novo projeto:
- (A) o reconhecimento ao pluralismo e ecletismo
- (B) a crítica ao conservadorismo profissional
- (C) a reafirmação dos princípios teóricos, ideológicos e políticos que fundaram a profissão
- (D) o fortalecimento da modernização conservadora
34. Considerando a necessidade de promover mudanças de atitudes em todas as práticas de atenção e gestão que fortaleçam a autonomia e o direito do cidadão, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde apresenta seis princípios básicos ao ingresso digno nos sistemas de saúde, sejam públicos ou privados. O quarto princípio da Carta, que assegura ao cidadão o atendimento que respeite os valores e direitos do paciente, visando preservar sua cidadania durante o tratamento, garante:
- (A) acesso a qualquer momento, do paciente ou terceiro por ele autorizado, a seu prontuário e aos dados nele registrados, bem como ter direito ao encaminhamento de cópia a outra unidade de saúde, em caso de transferência
- (B) prestar informações apropriadas nos atendimentos, nas consultas e nas internações sobre queixas, enfermidades e hospitalizações anteriores, história de uso de medicamentos e/ou drogas, reações alérgicas e demais indicadores de sua situação de saúde
- (C) o acesso prioritário pelos Serviços de Saúde da Atenção Básica próximos ao local de moradia
- (D) identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identidade do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, código, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso
35. Os anos 90 foram o período de implantação de dois projetos políticos em disputa na área da saúde, ambos apresentando diferentes requisições para o Serviço Social. Esses projetos são:
- (A) projeto ético-político e projeto assistencialista
- (B) projeto da reforma sanitária e projeto societário
- (C) projeto da reforma sanitária e projeto privatista
- (D) projeto assistencialista e projeto privatista
36. O projeto que requisita ao assistente social, entre outras demandas, seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários, ideologia do favor e predomínio de práticas individuais, é o:
- (A) da reforma sanitária
- (B) privatista
- (C) assistencialista
- (D) ético-profissional
37. De acordo com a Lei nº 8.080/90, artigo 3º, são fatores determinantes e condicionantes da saúde, entre outros:
- (A) saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos
- (B) as expressões da questão social devem ser compreendidas como um conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, expressas por meio da economia, política e cultura
- (C) alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais
- (D) as unidades de estratégia de saúde da família, postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades, centros de apoio psicossocial, hospitais gerais, de emergência e especializados
38. Conforme os parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde (CFESS, 2010), os profissionais atuam em quatro grandes eixos, que devem ser compreendidos de forma articulada dentro de uma concepção de totalidade. A participação nas comissões e comitês temáticos existentes nas instituições, a saber: ética, saúde do trabalhador, mortalidade materno-infantil, DST/AIDS, humanização, violência contra a mulher, criança e adolescente, idoso, entre outras, respeitando as diretrizes do projeto profissional do serviço social, se refere ao eixo:
- (A) do atendimento direto aos usuários
- (B) do controle social, mobilização e participação
- (C) da assessoria, qualificação e formação
- (D) da investigação, planejamento e gestão

39. Bravo e Mattos (2006), apontam que no pós 1964, “face às novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, bem como para o atendimento das novas demandas submetidas à racionalidade burocrática”. O serviço social sofreu profundas transformações que tiveram rebatimento no trabalho dos assistentes sociais na área de saúde. A perspectiva adotada pela profissão nesse período era pautada por:
- (A) modernização conservadora
  - (B) materialismo crítico
  - (C) controle social
  - (D) funcionalismo crítico
40. Segundo Muniz e Brotto (2016) o debate sobre o público e o privado na atenção à saúde na atualidade é permeado por características históricas e traços de modernidade, tendo as fundações estatais de direito privado e as organizações sociais como expoentes do novo modo de pensar a gestão da saúde no país. É correto afirmar que esse novo modelo:
- (A) amplia os serviços e recursos humanos de acordo com as necessidades de saúde da população
  - (B) possibilita um Estado gerencial e enxuto, delegando a outras entidades, funções e prestação de serviços de acordo com os princípios da reforma sanitária
  - (C) amplia o direito e acesso à política pública à saúde continuada e de qualidade
  - (D) interfere diretamente na qualidade dos serviços, fragilizando os espaços de negociação e as lutas políticas da classe trabalhadora